



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FaE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO E SEUS IMPACTOS NA
GESTÃO ESCOLAR**

GORETH MARIA ANÍCIO DE ALMEIDA ALVARENGA ALVES

**BELO HORIZONTE
2015**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FaE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO E SEUS IMPACTOS NA
GESTÃO ESCOLAR**

Trabalho apresentado como requisito necessário para conclusão do Curso de Pós Graduação em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob orientação da Professora Laisa Vilanova do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

**BELO HORIZONTE
2015**

FOLHA DE APROVAÇÃO

GORETH MARIA ANÍCIO DE ALMEIDA ALVARENGA ALVES

O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO E SEUS IMPACTOS NA GESTÃO ESCOLAR

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado em 01 de agosto de dois mil e quinze, como requisito necessário para a obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar, aprovado pela Banca Examinadora, constituída pelos seguintes educadores:

Prof. _____ - Avaliador

Prof^a. Laisa Kelly Vilanova - Orientadora

Prof^a Goreth Maria Anício de Almeida Alvarenga Alves – Cursista

Belo Horizonte, 01 de agosto de 2015

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a Deus, minha família, meus amigos e colegas de trabalho da Escola Estadual Ponciano Pereira da Costa, a minha colega e amiga de Direção Escolar: Isaltina Almeida Alvarenga Fernandes e agradeço imensamente ao apoio recebido da Professora de turma: Laisa Kelly Vilanova e da Professora Assistente: Wanderléia Mendes Guedes, além dos demais instrutores da UFMG, que sempre estiveram presentes nesta formação.

AGRADECIMENTO

- Agradeço a Deus pela saúde restabelecida em minha vida, a minha família e a todos que me apoiaram nesta jornada em busca da superação de obstáculos e determinação em prol desta vitória.
- À Orientadora de estudos Wanderléa Mendes Guedes, pela dedicação ao trabalho e pelo incentivo que a mesma prestou aos seus orientandos.

"A principal meta da educação é criar homens que sejam capazes de fazer coisas novas, não simplesmente repetir o que outras gerações já fizeram. Homens que sejam criadores, inventores, descobridores. A segunda meta da educação é formar mentes que estejam em condições de criticar, verificar e não aceitar tudo que a elas se propõe."

Jean Piaget

RESUMO

O presente trabalho tem como finalidade apresentar a realidade da Escola Estadual Leopoldina Barros Drumond, apresentada no Projeto Político Pedagógico em anexo. A atuação do Gestor Escolar sem a existência de recursos adequados à implantação efetiva do Projeto Político Pedagógico da instituição de ensino à qual dirige, é um fator preponderante para que a prática pedagógica não se consolide. Embasados nesta temática, iremos ressaltar neste trabalho, a necessidade de análise e compreensão sobre diversos temas ligados ao financiamento da educação básica. Devemos ressaltar a história do financiamento da educação no Brasil, em seu contexto histórico, levando em conta os avanços e retrocessos ocorridos pela implantação de uma política voltada ao apoio das Instituições Públicas de ensino, no que tange ao seu financeiro, em busca da construção de um projeto pedagógico sólido e adequado ao atendimento de sua demanda. Busca-se por meio deste, também, narrar os impactos das oscilações do financiamento da educação no desenvolvimento de diferentes projetos da instituição de ensino estudada. Por meio desta reflexão e da pesquisa bibliográfica sobre o tema em várias fontes, busca-se entender como os agentes educacionais trabalham e lidam constantemente com a administração escolar, a compreensão dos fatores primordiais que interferem na gestão escolar efetiva e de qualidade em relação à disponibilidade dos recursos financeiros, no que tange à implantação de projetos estruturadores propostos.

Palavras-chave: Gestão, Financiamento, Democracia

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
1 GESTÃO DEMOCRÁTICA E FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO.....	10
1.1. Escolas públicas de Educação Básica e financiamento educacional.....	12
1.2. Recursos Financeiros e o Conselho Escolar.....	14
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	15
REFERÊNCIAS.....	17
ANEXO: PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO.....	18

INTRODUÇÃO

O presente trabalho está voltado para a pesquisa bibliográfica na área do financiamento da educação no que diz respeito à implantação de projetos estruturadores e seus impactos específicos na atuação do Gestor Escolar de Escolas Públicas, para implementação de projetos propostos por diferentes hierarquias institucionais.

Atualmente, sabemos como é difícil a atuação do Gestor Escolar sem a existência de recursos adequados à implantação efetiva do Projeto Político Pedagógico da instituição de ensino à qual dirige.

Neste sentido, se faz necessário um estudo minucioso acerca deste tema tão importante que é o financiamento da educação, em seus diferentes níveis de ensino, no que concerne à aplicação sistêmica e intersetorial dos recursos financeiros, em uma instituição de ensino pública e gratuita.

A questão do direcionamento do financiamento da educação tem sido um problema vivenciado na Escola Estadual Leopoldina Barros Drumond. A instituição está situada no Distrito de Esmeraldas de Ferros, Ferros – MG. Foi inaugurada no dia três de maio de 1980 e recebeu este nome em homenagem à Leopoldina Avelina de Barros Drummond, que foi a primeira professora a lecionar nesta localidade e prestou relevantes serviços à comunidade.

A Escola atende à população do Distrito de Esmeraldas de Ferros, hoje com aproximadamente 547 habitantes na área urbana e 383 habitantes na área rural, de acordo com o último Censo de 2010. Atende a aproximadamente 133 alunos do Ensino Fundamental, 40 alunos do Ensino Médio e 88 alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA), em três turnos.

No caso da Escola supracitada, encontra-se a situação de falta de esclarecimento dos agentes educacionais no sentido de direcionar estes recursos de forma objetiva e clara, para que o mesmo possa chegar ao contexto de sala de aula com eficácia. Para o Ministério da Educação (2006), a temática do financiamento da educação:

Tem assumido importante papel na compreensão da organização e da gestão da educação, particularmente a partir de estudos e análises que exploram a relação entre o financiamento, as políticas educacionais e o Estado no Brasil, ganhando densidade também no sub-campo da economia da educação. (BRASIL, 2006, p. 21)

O tema se constitui em um ponto forte na reestruturação do PPP da escola, tendo em vista a necessidade de esclarecimento e conhecimento de todos, para que haja fortalecimento da gestão democrática e participação de todos os segmentos educacionais em busca de aplicação direta e com níveis de qualidade almejados por todos, de forma que o gestor possa intervir quando necessário, fazendo com que a burocracia do setor financeiro não seja impeditiva para aplicação de recursos adequados no local adequado e no momento certo.

Em decorrência das mudanças em relação às legislações, o financiamento da educação, em seu contexto histórico, demonstra oscilações nos níveis de porcentagem de investimento voltado especificamente para este setor. Esta situação impacta diretamente nas ações dos agentes escolares, tendo em vista a diminuição ou aumento de recursos destinados à sua unidade de ensino.

A questão do financiamento da educação no Brasil possui marcos importantes quanto à sua implantação por meio do setor público, sendo que o mais impactante ocorreu quando da publicação da Constituição Federal em 1988, e após, foram estabelecidas importantes readequações, tais como, a implantação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério o FUNDEF, logo após o FUNDEB e o Salário Educação, além da implementação do ensino obrigatório e gratuito, como forma de ampliar a oferta e estimular a sociedade a complementar sua formação.

Desta forma, entende-se que a educação, deste período em diante, tomou novos rumos em relação à sua democratização, não se contentando com a situação e buscando novos rumos para implementar uma educação de qualidade, que cada vez mais se busca, embasada em parâmetros legais e de qualidade. No decorrer do tempo, outras mudanças foram almejadas, tais como a promulgação da atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e com a aprovação do Plano Nacional da Educação (PNE 2014-2024), que estabelece metas centralizadoras para alinhar a educação nacional à educação regional. Este alinhamento pode ser entendi-

do como a articulação dos diferentes entes federados: Governo Federal, Estadual e Municipal.

O financiamento e a gestão da educação são duas políticas que não caminham separadas, ou seja, devem estar engajadas para que juntas, e somente juntas, possam desenvolver um projeto pautado na responsabilidade e na ética para com o ensino.

1 – GESTÃO DEMOCRÁTICA E FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO

Nas últimas décadas o Brasil vivencia mudanças que trazem impactos diretos no sistema educacional, principalmente na Educação Básica, no que tange ao desenvolvimento de projetos tendo em vista a liberação de recursos para o financiamento do mesmo.

Assim como diversas escolas, a Escola Estadual Leopoldina Barros Drumond, demonstra através de seu PPP (Projeto Político Pedagógico), uma dificuldade no que diz respeito à implementação de alguns projetos propostos devido à falta de recursos financeiros e também devido à falta de esclarecimentos de determinados servidores sobre a legislação vigente, o que dificulta imensamente o trabalho dos gestores educacionais deste estabelecimento de ensino. Apresenta também dificuldades de interação entre o grupo, o que dificulta o trabalho pedagógico da equipe. Nesse sentido ainda há muito a ser feito, no que se refere à busca do aprimoramento da interação entre o grupo, focados no bem comum, conforme menciona Paulo Freire (1987):

Tudo o que a gente puder fazer no sentido de convocar os que vivem em torno da escola, e dentro da escola, no sentido de participarem, de tomarem um pouco o destino da escola na mão, também. Tudo o que a gente puder fazer nesse sentido é pouco ainda, considerando o trabalho imenso que se põe diante de nós, que é o de assumir esse país democraticamente. (1987, p. 33).

Neste sentido, o papel do gestor é importante para que todos compreendam, de forma autônoma e com isonomia, que o conjunto é fundamental para aprimorar as práticas diárias de ensino na escola. É no PPP que estão explicitados os pontos positivos e de melhoria a serem adotados pela equipe. Sem ele não é possível embasar nossas ações para se tornarem concretas e dinâmicas. Para o Ministério da Educação (2004), o Projeto Político Pedagógico:

Ocupa um papel central na construção de processos de participação e, portanto, na implementação de uma gestão democrática. Envolver os diversos segmentos na elaboração e no acompanhamento do projeto pedagógico constitui um grande desafio para a construção da gestão democrática e participativa. (BRASIL, 2004, p. 24)

Com o apoio das diretrizes contidas no PPP, podemos desenvolver diferentes ações programadas e planejadas. Porém, ainda falta muito para que estas cheguem até os atores principais, que são os alunos.

Com a reelaboração do PPP e o imprescindível apoio de um Conselho Escolar eficiente e bem informado de seu papel primordial para o avanço da gestão democrática, a Escola Estadual Leopoldina Barros Drumond, de acordo com as resoluções que são estabelecidas bienalmente, pela Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, promove eleições dos membros, segundo os critérios estabelecidos na mesma.

Dentre os membros do Conselho, podemos destacar representantes de diferentes segmentos da escola, dentre eles, representantes de: pais de alunos menores de 14 anos, alunos maiores de 14 anos, professores e especialistas de Educação Básica e demais servidores que compõem o quadro da escola.

Oliveira, Moraes e Dourado (s/d, p. 11) conceituam Conselho Escolar:

O Conselho Escolar é um órgão de representação da comunidade escolar. Trata-se de uma instância colegiada que deve ser composta por representantes dos segmentos da comunidade escolar e constitui-se num espaço de discussão, de caráter consultivo e/ou deliberativo. Ele não deve ser o único órgão de representação, mas aquele que congrega as diversas representações para se construir um instrumento que, na sua natureza, criará as condições para a instauração de processos mais democráticos dentro da escola. Portanto, o Conselho deve ser fruto de um processo coerente e efetivo de construção coletiva.

Partindo da condição de escola democrática, os Conselhos Escolares são fundamentais para o desenvolvimento de diversas atividades e tomada de decisões. Estes precisam ser autônomos e eficientes no sentido de conduzir suas ações pautadas na ética e à luz da legislação vigente.

O Conselho Escolar é um órgão que muito beneficia a escola no sentido de opinar sobre questões de melhoria para o desenvolvimento de alguma atividade, pois, contém representantes de todos os segmentos e que estão envolvidos diretamente no interior da escola. Este órgão segue os preceitos contidos na Lei nº: 9394/96 e na Constituição Federal de 1988.

1.1. ESCOLAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA E FINANCIAMENTO EDUCACIONAL

A comunidade escolar e a equipe pedagógica sentiram a necessidade de reelaborar o Projeto Político Pedagógico, que busca de forma coletiva destacar a função principal da entidade que é cuidar e educar.

A Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, por meio da Superintendência Regional de Ensino Nova Era, idealiza e propõe a implantação e adequação de diferentes projetos, que podem ser estruturadores ou complementares. Um dos exemplos comuns de projetos implementados na Escola Estadual Leopoldina Barros Drumond é o Projeto Educação em Tempo Integral (PROETI), em parceria com o Governo Federal e o Ministério da Educação, através do Programa Mais Educação, que disponibiliza recursos através do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), para implantação e manutenção deste projeto na escola.

No entanto, os recursos muitas vezes são escassos e não atendem à expectativa dos alunos, que geralmente são disponibilizados com doze meses de atraso, retroagindo o início ou mesmo o desenvolvimento das atividades. Além deste Projeto, o Programa de Intervenção Pedagógica tem um atuante papel na intervenção com os alunos com dificuldades eminentes e que não possuem desenvolvidas diferentes habilidades para acompanhar o ritmo de sua classe no que diz respeito às competências e habilidades necessárias para cada ano de escolaridade.

Várias legislações, como exemplo, a Constituição Federal do Brasil e a Lei de Diretrizes e bases da Educação Básica garantem a co-participação dos diferentes entes federativos, estados, União e municípios, permitindo também, a descentralização dos recursos financeiros para as unidades executoras, ou Caixas Escolares, para que estes sejam aplicados de forma eficiente e de acordo com a realidade encontrada por cada instituição de ensino, que, de acordo com a região onde está localizada, possui diferentes peculiaridades. Porém, a descentralização, para o Ministério da Educação (2006), ainda significa:

Um grande desafio visando à consolidação da dinâmica federativa do Estado brasileiro e à democratização do poder e processos decisórios nas suas diferentes estruturas organizacionais. Fazendo uma breve retrospectiva histórica da legislação pertinente à educação no Brasil, podemos inferir como o financiamento público da educação interfere na garantia do acesso e gratuidade da educação como um direito à cidadania. (BRASIL, 2006, p. 38)

Muitas vezes, a descentralização, tão almejada por todos ao longo de décadas, durante todo o processo histórico de lutas por garantias de financiamento da educação, em todas as modalidades e níveis de ensino, se torna, às vezes, um processo burocrático, perfazendo um longo caminho, até a sua liberação e execução por parte de seus responsáveis.

Sabe-se que os recursos financeiros do país destinados à educação e diversos outros, passam por um longo caminho até chegar a seu destino final, pois, é necessário seguir um processo orçamentário, que injeta recursos para arcar com despesas de pessoal, material, projetos, obras, equipamentos, capacitação de pessoal e outras mais. Estas despesas devem ser aprovadas pelo Congresso Nacional e pela Presidente da República, obedecendo a rigorosos critérios de arrecadação e de receitas do governo, para que os projetos se tornem viáveis e não apareçam futuramente imprevistos financeiros que inviabilizem os projetos implantados.

No contexto do financiamento da Educação Básica, deparamos com despesas correntes e despesas de capital, onde a primeira se caracteriza por gastos correntes, do dia a dia, que viabilizam a manutenção das atividades diárias. Já a segunda, viabiliza a aquisição de mobiliários, equipamentos, terrenos, obras e reformas em geral.

Pode-se perceber um complexo sistema financeiro envolvido nesta dinâmica de financiamento educacional. Onde, de acordo com a legislação, a união repassa ao sistema 18% de sua arrecadação, os estados e municípios devem repassar 25% de sua arrecadação oriundas de impostos e arrecadações totais. Segundo Oliveira (2002):

As transferências de recursos são realizadas de uma esfera da administração para outra, tendo como finalidade equalizar a capacidade arrecadadora e as responsabilidades na prestação de serviços das diferentes esferas da Administração Pública. (Oliveira, 2002, p. 92).

Desta forma, é necessária uma participação efetiva da comunidade escolar em todo o processo decisório, tendo em vista que os recursos devem ser aplicados com eficácia e da forma mais viável possível.

1.2 RECURSOS FINANCEIROS DA ESCOLA E O CONSELHO ESCOLAR

Como é de conhecimento de todos os agentes educacionais, os recursos financeiros da grande maioria das escolas de Educação Básica são escassos. Neste sentido, faz-se necessário intervir de forma coletiva, através dos Conselhos Escolares e comunidade como um todo, no sentido de estabelecer metas e prioridades para aplicar o que temos no local adequado e no momento correto. Para o Ministério da Educação (2006):

Se o princípio básico da administração ou gestão é a coerência entre meios e fins, a forma de gestão da instituição escolar não deve divergir das finalidades estabelecidas. Isso significa que se a escola é o espaço privilegiado de formação humana e socialização do saber sistematizado e que a construção desse saber pressupõe a participação de todos os sujeitos envolvidos no processo educativo, como condição básica para que a formação se concretize, a gestão dessa instituição precisa ser transparente, contando com a participação de todos. (BRASIL, 2006, p. 60)

Neste contexto, se torna explícita a importância do coletivo estar presente na tomada de decisões de uma instituição escolar, sendo que as pessoas envolvidas devem ser bem esclarecidas acerca das legislações que embasam nossas ações

cotidianas. Entre outras soluções, entende-se que a primeira decisão a ser tomada no caso da escola apresentada, diante da principal dificuldade relatada, seria a capacitação dos agentes educacionais, no sentido de aumento da eficácia da implementação de projetos relevantes para que o aprendizado seja significativo e concreto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por gestão democrática escolar entende-se o envolvimento de componentes da escola (dirigentes escolares, professores, estudantes, funcionários, pais de estudantes) bem como da comunidade local. Essa participação ocorre com o envolvimento de todos com a finalidade de propiciar um trabalho coletivo no que concerne aos vários assuntos de interesse da escola.

No caso da Escola Estadual Leopoldina Barros Drumond, acredita-se que com a reestruturação do Projeto Político-Pedagógico e com o aprimoramento constante de seu pessoal ligados à gestão e à comunidade escolar, a mesma terá um melhor provisionamento de suas receitas e despesas, focando em seus projetos estruturadores, como a Educação em Tempo Integral e PIP (Projeto de Intervenção Pedagógica), que didaticamente foram testados e estão sendo muito benéficos para os alunos de diversas escolas do Estado de Minas Gerais, tendo em vista o papel pedagógico que desempenham no aprendizado dos alunos.

Para tanto, é necessária a capacitação do Gestor Escolar e dos Conselheiros, tendo em vista a complexidade do assunto abordado para que estes possam trabalhar em conjunto em prol de um único objetivo: aplicar o recurso adequado no local adequado.

Analisando-se as condições em que se encontra a Escola Estadual Leopoldina Barros Drumond, pode-se observar que a instituição não vivencia um sistema totalmente autônomo e eficaz de gestão financeira para atender as diversas atividades desenvolvidas pela mesma, de forma amplamente democrática, devido à complexidade do sistema financeiro voltado à educação pública, oriundo de repasses

provenientes de diferentes órgãos, destinados especificamente à aquisição de determinados bens/serviços, conforme plano de trabalho.

Estes recursos dependem de aprovação de diversas instâncias hierárquicas, que, às vezes, pela burocracia do sistema, acabam chegando à instituição de ensino após o início das atividades dos projetos, ou até mesmo, ao final do ano letivo, gerando uma expectativa em todos os agentes educacionais em relação ao desenvolvimento do trabalho pedagógico, e conseqüentemente, frustração, por, muitas vezes, não corresponder aos anseios e objetivos da comunidade escolar.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

_____. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Dispõe sobre a aprovação do Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26/06/2014.

_____. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Dispõe sobre as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23/12/1996.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria da Educação básica. **Conselho Escolar e o financiamento da educação no Brasil**. Brasília: Distrito Federal, 2006.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria da Educação básica. **Conselho escolar e o respeito e a valorização do saber e da cultura do estudante e da comunidade**. Brasília: Distrito Federal, v. 1, 34p, 2004.

FERROS- MG. **Projeto Político-Pedagógico da Escola Estadual Leopoldina de Barros Drumond**. Ferros/MG, 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1987

OLIVEIRA, João Ferreira de. **A construção coletiva do projeto político-pedagógico (PPP) da escola**. Disponível em: [http:// www. moodle3.mec.gov.br/ufmg](http://www.moodle3.mec.gov.br/ufmg). Acesso em 25/dez2014.

OLIVEIRA, João Ferreira de; MORAES, Karine Nunes de; DOURADO, Luiz Fernandes. **Gestão Escolar Democrática: definições, princípios, mecanismos de sua implementação. Os caminhos de participação e a gestão democrática**. Disponível em [http:// www. moodle3.mec.gov.br/ufmg](http://www.moodle3.mec.gov.br/ufmg). Acesso em 10/abr.2015.

ANEXO: PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FaE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO
ESCOLA ESTADUAL LEOPOLDINA BARROS DRUMOND**

**ISALTINA ALMEIDA ALVARENGA FERNANDES
GORETH MARIA A. DE ALMEIDA A. ALVES**

**BELO HORIZONTE
2014**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FaE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Projeto Político Pedagógico apresentado como requisito necessário para conclusão das atividades desenvolvidas na Sala Ambiente Projeto Vivencial sob orientação do(a) Professor(a) Wanderléa Mendes Guedes do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

**BELO HORIZONTE
2014**

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	3
1. FINALIDADES DA ESCOLA	6
2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	9
2.1 Estrutura Organizacional Administrativa	9
2.2 Estrutura Organizacional Pedagógica	10
3. CURRÍCULO	13
4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES	15
5. PROCESSOS DE DECISÃO	17
6. RELAÇÕES DE TRABALHO	19
7. AVALIAÇÃO	20
CONSIDERAÇÕES FINAIS	22
REFERÊNCIAS	23
ANEXOS	24

INTRODUÇÃO

A importância do projeto político-pedagógico está no fato de que ele passa a ser uma direção, um rumo para as ações da escola. É uma ação intencional que deve ser definida coletivamente, com conseqüente compromisso coletivo.

Betini. Geraldo Antônio

A Escola Estadual “Leopoldina Barros Drummond” há 100 anos serve à população do Distrito de Esmeraldas de Ferros, hoje com aproximadamente de 547 habitantes na Área Urbana com principal atividade econômica de comércio, agroindústria, pecuária, mineração e economias de subsistência e Área Rural com aproximadamente 383 habitantes com principal atividade econômica de pecuária, agricultura e extrativismo mineral.

Construído para reuniões por moradores da localidade no início do século XX, um antigo prédio com dois grandes salões, assoalhado, ficou conhecido como “Casa Grande”. Em 1912, quando o povoado de Esmeraldas de Ferros foi elevado a Distrito, este prédio foi cedido para funcionamento da Escola.

Em 18 de outubro de 1913, D^a Leopoldina Avelina Barros Drummond recebeu as chaves deste prédio, totalmente vazio, para lecionar. Seu esposo João Felix Damasceno a ajudou improvisar alguns bancos com tábuas e caixotes, uma mesa para professor e um quadro negro. D^a Leopoldina comprou papel almaço para escrituração, giz e cadernos para os alunos. Estava criada a “Escola Singular de Esmeraldas”. Quatro anos depois, a escola recebeu carteiras e livros para os alunos.

Em 06/02/1923, oficialmente, a propriedade foi doada ao Estado de Minas Gerais por Joaquim Anício de Almeida e seus herdeiros.

Através do Decreto nº 7894 de 01 de outubro de 1964, esta escola passou a receber o nome de Professora “Leopoldina Barros Drummond”, em homenagem à primeira professora a lecionar no Distrito.

Em 1979, a “Casa Grande” foi demolida e com recursos do Estado e mão-de-obra da Prefeitura, foi erguido em seu lugar um novo prédio escolar, contendo duas

salas de aula, uma cantina, sanitários, um gabinete com sanitário e almoxarifado. Este foi inaugurado com o nome de EE. “Leopoldina Barros Drumond”, em 03 de maio de 1980.

Em 1993 o prédio foi reformado e ampliado em mais duas salas de aula. No ano de 1985 iniciou-se o funcionamento do pré-escolar, o qual foi municipalizado a partir de 1996.

Através da Resolução/SEE nº 314 de 30 de setembro de 2002, foi autorizada a Extensão de Ciclos, gradativamente, iniciando-se com a 5ª e 6ª séries, no ano de 2002.

Em 2004 o prédio foi novamente reformado e ampliado com mais duas salas de aula, totalizando 06 salas.

Em 2005, com Recurso Diretamente Arrecadado foi adquirida uma área para ampliação do espaço escolar, o que permitiu a liberação de recurso para reforma da cantina e sanitários, ampliação de mais 03 salas de aulas, sala de professor com banheiro e construção de uma quadra poliesportiva.

Através da Portaria SEE Nº 03/2008 foi autorizado o funcionamento do Ensino Médio integral. Esta modalidade permitiu que vários alunos da localidade prosseguissem nos estudos e hoje já são professores da Escola, acabando com a vacância nesta área.

Em 22/01/2013, através do Conselho Estadual de Educação, foi autorizado também o funcionamento da Educação de Jovens e Adultos (Fundamental Anos Finais).

A instituição está situada à Praça Manoel Anício, S/N, CEP – Esmeraldas de Ferros – Município Ferros, CEP: 35.804-000. Tele/Fax: (31) 386340-75, email: escola.103021@educacao.mg.gov.br. O corpo docente é composto por 32 (trinta e dois) professores, 02 (dois) especialistas, 01 (um) PUB – Professor de Uso de Biblioteca, 01 (um) Eventual e 10 (dez) de demais profissionais.

A Escola pertence à rede Estadual de Ensino e assiste aproximadamente 300 (trezentos) alunos do Ensino Fundamental de 1º ao 9º ano e Ensino Médio do 1º ano

3º ano, no período diurno e à Educação de Jovens e Adultos – EJA, no horário noturno.

Em relação ao espaço físico, a escola possui 07 (sete) salas de aula, 01 (um) sala de Informática com 20 computadores oriundos do PROINFO, 01 (um) Biblioteca, 01 (um) sala de professores dividida com secretaria, 01 (um) cantina e 01 (um) quadra Poliesportiva coberta. Há ainda dois notebooks sendo um utilizado pelos professores e o outro pela secretaria. A escola possui também 03 (três) data show, aparelho de DVD, caixa amplificadora, impressora multifuncional, TV de 29", dentre outros aparelhos que são utilizados de acordo com a necessidade de cada setor.

Preocupada com o processo de aprendizagem dos alunos, a escola passou a oferecer a Educação Tempo Integral, a partir de 2011 para os anos iniciais e em 2013 estendeu para os anos finais do ensino fundamental.

Sendo a própria organização do trabalho pedagógico da escola como num todo, este Projeto Político Pedagógico está sendo construído e vivenciado em todos os seus momentos, por todos os envolvidos no processo educativo, visando resgatar a identidade escolar e a sua intencionalidade, além de revelar quais são os seus compromissos para com toda a sociedade a que se insere. Compromissos, estes, que se caracterizam no cotidiano escolar, ético-normativo, subjetivos e culturais do mundo social onde cada sujeito desta comunidade escolar se organiza e interage.

1. FINALIDADES DA ESCOLA

O Projeto Político Pedagógico é um processo de decisão política e ideológica, de forma que a E. E. “Leopoldina Barros Drumond” deverá realizar um trabalho que proporcione o envolvimento e integração entre todos os seus agentes educacionais, educandos e demais membros da comunidade escolar, de forma que todos se sintam corresponsáveis pelas mudanças que ali realizar-se-ão.

A E. E. “Leopoldina Barros Drumond” – Município de Ferros – Distrito Esmeraldas de Ferros é o reflexo de todas as marcas históricas e culturais socialmente produzidas, contudo, ela se encontra na busca de construção de sua própria identidade, dando primazia a sua missão social, seus princípios e valores, e, principalmente, no compromisso com a educação de seus alunos.

Porém, vários são seus desafios nesta caminhada. No campo institucional, retrata-se a burocratização do sistema legal, o que dificulta na organização administrativa, pedagógica e financeira da instituição escolar.

Outra fonte geradora de conflitos que dificulta e impede as tomadas de decisões está no desconhecimento e na má interpretação das leis que atualmente vigoram, por parte dos geradores educacionais – estes responsáveis por toda administração e articulação dos setores administrativos, pedagógicos e financeiros da instituição escolar, bem como na responsabilidade de interação e coparticipação entre todas as pessoas envolvidas no processo de ensino-aprendizagem.

Pode-se retratar ainda, a falta de recursos financeiros necessários para a implantação de quaisquer projetos pedagógicos e as dificuldades na implantação das inúmeras políticas educacionais historicamente propostas. Muitas delas, inadequadas à realidade social da comunidade escolar vigente.

O Projeto Político Pedagógico é o documento que define o que a Escola se propôs desenvolver em um determinado período, tanto na área administrativa quanto pedagógica. Deverão estar nela contidas as ações que viabilizarão a melhoria da escola e do ensino.

Esse processo de planejamento da escola é um exercício coletivo, uma tomada de reflexão conjunta, uma ação compartilhada pela comunidade escolar, para que desse modo se garanta o compromisso com as decisões tomadas e com todas as medidas a serem implementadas. Trata-se de um planejamento único e peculiar

a cada escola, pois cada uma tem sua própria realidade e suas necessidades.

Ao traçar as perspectivas para o desenvolvimento da escola, devemos definir como e quem irá executar. Um conhecimento da instituição com base no diagnóstico inicial, num processo democrático, proporciona uma visão ampla de quais caminhos devem ser seguidos.

Cada vez mais evidente e importante de que a escola tenha uma visão definida do que quer e conheça a exata dimensão da distância entre a escola real e a escola ideal, para que se produzem proposta palpáveis, estratégias e possíveis.

Um bom planejamento propõe ações práticas em busca da melhoria do processo ensino aprendizagem, que são direcionadas a curto, médio e longo prazo.

Diante do exposto e considerando:

- A necessidade de sistematizar a prática pedagógica na escola através de estudos, discussões e debates entre profissionais do ensino e pais de alunos;
- A urgência em reorganizar estruturas e processo que levam a uma ação educativa mais coerente com a realidade da escola e do momento, através de estabelecimento de critérios de ensino e avaliação;
- A possibilidade de relacionar, implementar e divulgar resultados obtidos no processo de ensino e aprendizagem, através de análises avaliativas;
- Os constantes questionamentos acerca de dados de aproveitamento do aluno.

Foi conduzido o processo de elaboração deste projeto pedagógico a partir da concepção definida de “Que escola queremos?” “Que educação desejamos oferecer?” “Que educação desejamos oferecer?”.

Este projeto visa, sobretudo, trabalhar com o aluno no sentido global, inserido no contexto em que vive, aproveitando as experiências vivenciadas no seu cotidiano, acreditando no seu sucesso.

Ao propor a reestruturação dos paradigmas educacionais e objetivar, acima de tudo, os interesses da democratização social, a E.E. “Leopoldina Barros Drummond” propõe um movimento educacional inovador, com cunho social, político e ideológico.

Com ações compartilhadas entre toda a sua comunidade escolar, os cami-

nhos a ser traçado na E.E. “Leopoldina Barros Drumond” contribuirão para a formação integral de seus educandos, e, sobretudo, no oferecimento à sociedade de indivíduos com habilidades e competências necessárias para atuarem neste mercado de trabalho globalizado e tecnológico.

2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

2.1 Estrutura Organizacional Administrativa

A E.E. “Leopoldina Barros Drumond”, atende atualmente 300 alunos, divididos em três turnos, sendo o primeiro turno com alunos do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental Inicial e 1º ano Ensino Médio (Reinventando o Ensino Médio) e 2º ano Ensino Médio, terceiro turno com alunos do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental Final e 3º ano Ensino Médio e quinto turno com três turmas de Educação de Jovens e Adultos – EJA, anos finais do Ensino Fundamental.

O quadro de pessoal da escola conta atualmente com 01 diretora escolar, efetiva, 01 vice-diretora ADI 4876, 02 especialistas designadas, 01 professora regente de aulas efetiva (período probatório), 13 professores regente de aulas designados, 05 professores regente de turmas designadas, 01 professora eventual efetiva (período probatório), 01 professora de uso de biblioteca efetiva, 03 professoras regente de turma para a educação de tempo integral anos iniciais e 03 professores regente de aulas para a educação de tempo integral anos finais do ensino fundamental, 01 secretária ADI 4876, 02 ATBs sendo uma ADI 4876 e outra designada, 03 ASBs ADI 4876 e 02 ASBs designadas.

A instituição escolar é considerada um tipo de organização especial, com características peculiares que a diferem das demais instituições. Os profissionais que atuam na referida escola, estão para atender a sua principal razão de ser: os alunos. Neste sentido cada escola possui a sua própria identidade, sendo singular na sua estrutura e no seu processo de formação. Possuidora de uma cultura peculiar torna-se uma escola diferente das demais, isto porque cada uma possui seres diferentes, que estão inseridos em diferentes contextos sociais, políticos e econômicos, interagindo de formas diversas, conforme previsto na faixa etária e regionais, às variações socioeconômicas, culturais e de condições psicológicas e físicas, presentes nos educando brasileiros, estas variedades, conseqüentemente, vão refletir na identidade escolar e sua relação com as comunidades às quais servem. É no ambiente escolar que as interações sociais ocorrem, influenciando nas formas de definições e execuções das ações pedagógicas que aqui se definem.

Nesta concepção, percebe-se, então que cada sujeito que se encontra na E. E. “Leopoldina Barros Drumond” é possuidor de uma cultura peculiar, com experiências

históricas e sociais próprias e significativas. Nesta escola, ao se reunirem, formam grupos com crenças, valores, afinidades, desejos e perspectivas comuns. Nas suas relações sociais, esses grupos se caracterizam e se identificam.

Partindo desta premissa, faz-se necessário que a equipe Administrativo-Pedagógico da E. E. “Leopoldina Barros Drumond”, bem como todos os seus agentes educacionais, antes de implantarem quaisquer formas de gestão e/ou atuação pedagógica conheça os traços que a caracterizam.

A Escola conta com o apoio do Colegiado Escolar que tem funções deliberativas e consultivas e é composto por representantes de alunos, pais e servidores. Há muita restrição da comunidade escolar em participar deste órgão por causa do compromisso com a instituição, o que inibe um envolvimento maior desta equipe na parte pedagógica. Também é órgão de apoio a Caixa Escolar, através da qual é feita toda a movimentação financeira da Escola e é aprovada por um Conselho Fiscal.

Há o Conselho de Classe que analisa as situações dos alunos com defasagem de aprendizagem. As parcerias são feitas através dos “amigos da escola”, que são familiares dos alunos que sempre colaboram com a instituição.

A escola tem alguns recursos pedagógicos que contribuem com o processo de ensino aprendizagem como aparelhos 3 de data show, 1 lousa digital, 2 micro system com leitor de CD e USB, microfones, 1 TV, 1 aparelho de DVD, 1 caixa amplificadora, 2 notebook, um grande acervo de jogos pedagógicos e um material diversificado para uso nas oficinas do Programa Mais Educação.

2.2 – Estrutura Organizacional Pedagógica

De acordo com a Lei 9.394/96, Título III “DO DIREITO À EDUCAÇÃO E DO DEVER DE EDUCAR”, art. 4º, é prescrito como dever do Estado com a educação escolar pública a garantia de:

- I- “ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;
- II- Progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio.
- III- Atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino;
- IV- (...)
- V- Acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;
- VI- (...);
- VII- (...);

VIII- Atendimento ao educando, no ensino fundamental público, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;

IX- Atendimento ao educando, padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos como a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo-aprendizagem.

Preocupados, também, no cumprimento da Legislação vigente (LDB 9394/96), a E. E. “Leopoldina Barros Drumond” apresenta os aspectos formais que compõem a sua estrutura organizacional, todos previstos em seu regimento interno.

A Escola desenvolve os conteúdos básicos dos currículos e programas buscando adaptá-los à realidade dos alunos, porém ainda de forma bastante tímida. Os professores são comprometidos, criativos, porém, tem dificuldades de adequar a proposta curricular às condições regionais e locais.

Não existe integração entre os diversos conteúdos ministrados. Além disso, os docentes não têm a preocupação de conhecer os conteúdos trabalhados no ano anterior.

A aprendizagem dos alunos na leitura, no raciocínio e na interpretação de textos diversos, não está sendo satisfatória no processo ensino-aprendizagem.

A Escola realiza projetos para o desenvolvimento e a recuperação da aprendizagem e para melhoria da autoestima e do rendimento escolar dos alunos em processo de alfabetização.

A maioria dos professores sente dificuldades em trabalhar com turmas heterogêneas e com alunos deficientes e especiais.

Para que haja uma melhoria no padrão de qualidade no ensino ministrado, a equipe Administrativo-Pedagógico e docentes da E.E. “Leopoldina Barros Drumond”, deverão intensificar os trabalhos no processo de Formação Continuada e, principalmente, naquele de reconstrução da Proposta Curricular.

Capacitar os profissionais da escola, é uma das questões de fundamental importância para que se tenha sucesso no processo ensino aprendizagem.

Os planejamentos e conteúdo dos componentes curriculares são elaborados pelos professores sob supervisão da Equipe Pedagógica e ou Direção, seja a partir dos Parâmetros Curriculares Nacionais e Diretrizes Curriculares Nacionais, ou à partir de outras propostas curriculares, buscando as correlações entre os conteúdos das áreas de conhecimento e o universo de valores e modo de vida de seus alunos.

A realidade social da sua clientela (os alunos e familiares) revela situação desfavorável: baixo nível econômico, alto índice de famílias sofrendo o problema do

desemprego, crianças desnutridas.

O índice de violência na escola entre colegas é preocupante. Também não pode-se deixar de lado o problema das drogas, uma vez que há muitos casos de consumo na família, em especial, o álcool o que estimula crianças e adolescentes envolver com bebidas e consumo de cigarros.

Realidade que, por sua vez, reflete um baixo aproveitamento escolar, uma defasagem idade/ciclo, uma baixa-estima, alto índice de indisciplina.

A grande maioria dos alunos são filhos de operários que trabalham na Cenibra ou em serviços particulares no Distrito e cuja escolaridade não ultrapassa a 4ª série do ensino fundamental, registrando-se alguns pais e mães analfabetos. A renda mensal das famílias gira em torno de um a dois salários mínimos.

Nota-se pouca participação da família no desenvolvimento dos filhos, principalmente com relação aos horários de estudos e realizações de tarefas.

Os índices de desempenho dos alunos são intermediários, de acordo com as avaliações sistêmicas, apresentando uma melhora significativa em relação às avaliações anteriores.

O índice de evasão escolar está diminuindo ano por ano.

A equipe pedagógica é qualificada para a função, mas há necessidade de enfatizar a importância da avaliação no processo ensino aprendizagem, pois em muitos casos ainda prevalece o quantitativo sobre o qualitativo.

Os professores participam de formação continuada em cursos de pós-graduação, PACTO Anos Iniciais, PACTO Ensino Médio e na escola, nos encontros de módulo II.

Há dois Orientadores Pedagógicos, Especialistas, que assumem amplo trabalho para atender a toda comunidade escolar.

Todos os servidores têm responsabilidade com horários de chegada e saída e com frequência diária e estão sempre presentes em todos os eventos realizados pela escola.

Todos os profissionais efetivos são avaliados por uma Comissão de Servidores da Escola, através dos critérios de Avaliação de Desempenho da SEE.

3. CURRÍCULO

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - 9394/96 em seu art. 26 reza que:

“os currículos do Ensino Fundamental e Médio devem ter uma base nacional comum a ser complementada em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.”

Preocupados, também no cumprimento da Legislação vigente (LDB 9394/96), a E. E. “Leopoldina Barros Drumond” apresenta os aspectos formais que compõem a sua estrutura organizacional, todos previstos em seu regimento interno.

A Escola desenvolve os conteúdos básicos dos currículos e programas buscando adaptá-los à realidade dos alunos, porém ainda de forma bastante tímida. Os professores são comprometidos, criativos, porém tem dificuldades de adequar a proposta curricular às condições regionais e locais.

A aprendizagem dos alunos na leitura, no raciocínio e na interpretação de textos diversos, vem sendo satisfatório no processo ensino-aprendizagem.

A Escola realiza projetos para o desenvolvimento e a recuperação da aprendizagem e para melhoria da autoestima e do rendimento escolar dos alunos em processo de alfabetização.

O Currículo adotado é o constante das Propostas Pedagógicas e Matrizes Curriculares pertinentes e não será inferior ao estabelecimento pela Legislação específica para as modalidades de ensino oferecidas.

Os planejamentos e conteúdo dos componentes curriculares são elaborados pelos professores sob supervisão da Equipe Pedagógica e ou Direção, seja a partir dos Parâmetros Curriculares Nacionais e Diretrizes Curriculares Nacionais, ou a partir de outras propostas curriculares, buscando as correlações entre os conteúdos das áreas de conhecimento e o universo de valores e modo de vida de seus alunos.

O currículo é flexível, realimentando-se continuamente ao longo do período letivo, levando-se em consideração o desempenho do aluno.

O Ensino Fundamental possui um currículo de acordo com a Base Nacional Comum a ser complementada por uma Parte Diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela, que são Língua Portuguesa; Matemática; Ciências; Geografia; História; Artes; Educação

Física e Educação Religiosa.

A partir de 2011, a Escola passou a oferecer aos alunos jornada ampliada, Projeto de Escola de Tempo Integral, com novas oportunidades de aprendizagem. A Educação Integral está contemplada na legislação brasileira, por intermédio da Lei nº 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional / LDBN que, em seu artigo 34 prevê a perspectiva de Educação Integral em Tempo Integral: “A jornada escolar no Ensino Fundamental incluirá pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola. [...] §2º. O ensino fundamental será ministrado progressivamente em tempo integral, a critério dos sistemas de ensino”.

De acordo com a Resolução nº 2197/12 temos:

Art. 86 A composição curricular da Educação em Tempo Integral deve ser organizada contemplando os seguintes campos de conhecimento:

I - Acompanhamento Pedagógico;

II - Cultura e Arte;

III - Esporte e Lazer;

IV - Cibercultura;

V - Segurança Alimentar Nutricional;

VI - Educação Socioambiental;

VII - Direitos Humanos e Cidadania.

Parágrafo único. Os campos de conhecimento da Educação em Tempo Integral devem estar integrados aos Componentes Curriculares das áreas de conhecimento do Ensino Fundamental e Médio.

Desta forma a E. E. Leopoldina vem organizando sua proposta curricular com o objetivo de enriquecer com procedimentos metodológicos inovadores, oferecendo novas oportunidades de aprendizagem e vivência. Os professores são estimulados a trabalhar com ludicidade em todas as propostas, interagindo com os alunos. Há uma grande exploração dos espaços extra classe.

4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES

A E. E. “Leopoldina Barros Drumond” chamava-se Escola Combinada de Esmeraldas, que funcionava em um prédio construído pela comunidade.

Devido ao mau estado de conservação do prédio, no ano de 1978, a Escola foi demolida e no ano de 1979 foi reconstruída na mesma área, cedida pela Comunidade.

A E. E. “Leopoldina Barros Drumond” foi inaugurada no dia 18 de outubro de 1980 e recebeu este nome em homenagem à Leopoldina Avelina Barros Drumond, que foi a primeira professora a lecionar nesta localidade e prestou relevantes serviços à Comunidade.

Em 1993 houve ampliação de duas salas e, em 2007, com nova ampliação, totalizando 8 salas. No ano de 1985 iniciou-se o funcionamento do Pré-escolar, o que foi municipalizado a partir de 1996. No ano de 2002, foi autorizado Extensão de Ciclos (5ª a 8ª séries), através da Resolução /SEE Nº 314 de 30 de setembro de 2002.

Atualmente, o prédio escolar conta com 7 salas de aulas, uma biblioteca, 1 secretaria que é dividida com sala de professores, 1 diretoria, 1 sala de informática, 1 cantina, banheiros, 1 quadra poliesportiva coberta com arquibancadas, palco e banheiros.

Por termos uma turma de cada série o número de profissionais é pequeno, por isso, temos poucos professores da mesma área para realizarem os planejamentos em grupo mas mesmo assim na medida do possível eles se reúnem em duplas da mesma disciplina, quando tem, ou com disciplinas afins.

A Escola possui um espaço físico regular, pois as dependências da escola demandam reforma, a qual foi solicitada e infelizmente ainda não aconteceu.

A Escola conta atualmente com 07 salas de aula, 01 sala de informática com 10 computadores e sem acesso à internet, 01 biblioteca, 01 sala que é utilizada por secretaria e sala dos professores, 01 sala de direção, 01 cantina, 02 banheiros (masculino e feminino), 01 dispensa e uma 01 quadra poliesportiva coberta com banheiros masculino e feminino e um banheiro de acessibilidade que não é utilizado.

Não temos refeitório por isso nossos alunos recebem a merenda e retornam para sala de aula até terminarem a refeição. A quadra poliesportiva é utilizada no horário do recreio para os alunos brincarem, já que não há espaço nas dependências da escola.

Diante do fato que os alunos, grande parte, permanecem na Escola em Educação em Tempo Integral, que atende prioritariamente, os alunos em situação de vulnerabilidade como, em distorção idade-ano; para correção de fluxo; beneficiados do Programa Bolsa Família; vítimas de abuso sexual, violência e trabalho infantil; baixo rendimento escolar e progressão continuada. O espaço para desenvolvimento das atividades e das oficinas que contemplam o projeto é insuficiente.

Os professores que atuam na Educação em Tempo Integral são dedicados, criativos, realizam seus planejamentos de acordo com o previsto.

Em questão de trabalho pedagógico, por ser uma Escola de zona rural e não ter muito que explorar, o trabalho externo é pouco, desta forma as aulas, projetos e atividades ficam mais internas.

A maioria dos professores se encontram na reunião de Módulo II, onde há troca de experiências. A equipe gestora que trabalha de forma democrática, procura interagir com todos os servidores nas tomadas de decisões e uma delas é o Calendário Escolar, onde são determinados os projetos, feirados e recessos para o ano seguinte. Também são tratadas as questões do Conselho de Classe, elaboração de Projetos, dentre outros.

5. PROCESSOS DE DECISÕES

A comunidade está muito distante da escola no sentido de que não se interessa pelas ações da mesma. Ou será que é a escola está criando essa barreira de inserção da comunidade no seu interior? Cada comunidade tem suas particularidades e é isso que a torna única em comparação a qualquer outra do mundo e também é essa característica que faz da escola um espelho da comunidade na qual está inserida. Nesse sentido é preciso haver uma discussão constante sobre a função social da escola para entender essas necessidades da comunidade e o que fazer para contribuir para a amenização ou erradicação de problemas presentes.

Da época onde a escola atendia somente os filhos da elite passa a atender a todas as classes sociais tendo um papel fundamental: único acesso ao conhecimento sistematizado. Apesar da busca constante pela educação de qualidade, está previsto na Constituição de 1988 e disposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) o ensino universalizado, a democracia como valor e o “pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Atualmente a escola se vê em uma constante transformação juntamente com a sociedade. Na era da informação, o grande desafio é atender as exigências da nova sociedade, uma vez que o conhecimento está armazenado e disponível em rede, mas não supre a necessidade de formar seres humanos capazes de conviver democraticamente, papel primordial da escola, que deve introduzir o debate sobre a democracia como processo, presente no interior das relações e construída no trabalho coletivo e participativo. Essas relações só se fazem com a chamada da comunidade para discutir os objetivos, os caminhos e os resultados da escola, porque o sucesso da escola é, conseqüentemente, o sucesso da comunidade no entorno. A valorização da cultura local e a inserção desta no currículo escolar se torna fundamental para a articulação necessária entre escola e comunidade e um caminho para decifrar a incógnita. Independente da sociedade na qual a escola se encontra é necessário fazer parte dela e não uma instituição desvinculada e estanque, pois, afinal é em prol das demandas da comunidade que a escola existe. É importante que nós educadores sejamos comprometidos com a união entre escola e comunidade para que, juntas possam formar cidadãos qualificados e

compromissados com o bem-estar comum. A escola deve andar de mãos dadas com a tecnologia, cada vez mais presente no mundo contemporâneo, onde a cultura da comunidade é a cultura presente na escola, uma sociedade do conhecimento amplo e democrático, mas que é chamada a oferecer respostas as novas exigências da educação: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser.

Os quatro pilares da educação vem reforçar a ideia de que, mais do que transmitir conhecimentos que são acessíveis através das tecnologias, a escola deve ser reflexo deles, dando suporte aos discentes para construírem atitudes de busca do como usar esse conhecimento para uma vida saudável e pacífica.

6. RELAÇÕES DE TRABALHO

A gestão dos servidores da escola é uma das etapas fundamentais para a execução do Projeto Político Pedagógico e garantia de uma educação de qualidade. Todos os dias é necessário atribuir tarefas e coordenar atividades. Para isso é relevante conhecer as atribuições definidas na legislação e gerenciar possíveis licenças, substituições, avaliação de desempenho, ouvir reivindicações, encaminhar medidas disciplinares e ainda, o gestor deve favorecer um ambiente onde haja um clima agradável.

Os servidores da escola são os profissionais do magistério ligados à docência e demais trabalhadores em educação ligados à área administrativa. No magistério público o ingresso se dá por meio de concursos de provas e títulos ou contrato temporário.

O servidor público tem seus direitos previstos como recebimento de vencimento adequado e vantagens, jornada de trabalho regulamentada, o gozo de férias anuais, licenças, cedências e outros afastamentos e o direito de petição. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional assegura direitos e deveres específicos ao magistério brasileiro, suas responsabilidades, as penalidades e as características do processo administrativo disciplinar.

Cabe ao gestor também desenvolver a avaliação de desempenho dos servidores da escola com o objetivo de desenvolver a autonomia das escolas públicas quanto à gestão de pessoal. Está previsto na Constituição Federal e na LDB os planos de carreira com progressão funcional baseada na avaliação de desempenho. No Brasil cresce a consciência de que o Estado não deve servir apenas seus funcionários e, sim, o conjunto da população. A avaliação ainda possui uma falta de relação mais significativa com a qualidade do trabalho desenvolvido com os alunos, mas há caminhos possíveis para que evolua como envolvimento de toda a comunidade escolar nesse processo, registros precisos de todas as ações, articulação entre avaliação de desempenho e formação continuada dos servidores e avaliação institucional das escolas.

Com base na LDB, a formação inicial e continuada é fator decisivo na qualidade da educação. Nesse sentido, a escola deve, em sua rotina, ser um ambiente de aprendizagem para toda a comunidade educativa. A formação de

professores e demais profissionais não está voltada apenas para saber fazer, mas para saber fazer melhor, e que se faz sobre uma base teórico-prática consistente.

Enfim, o gestor é o grande articulador das ações de todos os segmentos e quem mantém o ânimo de todos no trabalho educativo. Ele deve ser decisivo, compreensivo, dinâmico, flexível, criativo, interdependente e, conseqüentemente conseguirá manter o grupo confiante para aprender e fazer críticas sem reações emocionais intensas, amadurecendo a ideia de crescimento coletivo e permitindo identificar avanços e dificuldades no ambiente educativo.

7. AVALIAÇÃO

Num aspecto geral, os alunos gostam muito de vir à escola, permanecendo muitos deles na Educação de Tempo Integral, gostam da merenda, mas não tem hábitos de estudos em casa e não tem livros, exceto os doados pela escola. Os alunos que não permanecem na Escola em Tempo Integral, passam muito tempo assistindo televisão. Poucos se dedicam a atividades esportivas, como futebol, sendo esta referência do sexo masculino.

Os pais consideram o trabalho da escola muito bom, mas a falta de interesse deles pelos filhos na escola é muito preocupante, talvez seja consequência da falta de estrutura para assessorar os filhos em suas tarefas, o que torna o trabalho pedagógico com total responsabilidade do professor.

Os pais de alunos participam somente para colaborar na eleição da equipe, quando na verdade deveriam aceitar o compromisso por interesse em participar no desenvolvimento da escola.

A avaliação institucional na escola é necessária para se ter claro seus princípios, finalidades e objetivos, da mesma forma que fazem os professores quando avaliam seus alunos. Mas a diferença é que o foco mudará para obter a resposta de como estão sendo desenvolvidas as atividades que levam os alunos a aprenderem e tornarem cidadãos. Assim sendo, a avaliação institucional destina-se à avaliação das instituições, políticas e projetos, incorporando a avaliação educacional. Não pode ser vista como forma de controle e repressão, mas uma

maneira de melhoria e democratização da educação, com impacto positivo e aperfeiçoamento do processo de transformação social e com base no Projeto Político Pedagógico.

Para realizar a avaliação institucional é necessário levar em conta seus processos metodológicos e as etapas de operacionalização. Inicialmente faz a avaliação diagnóstica inicial com o objetivo de fornecer informações sobre a situação econômica de alunos, pais, professores e funcionários. A segunda etapa é a avaliação como processo, focando no cotidiano escolar de forma coletiva e contínua. A terceira modalidade é a avaliação dos resultados, onde ficam claros os problemas, sua análise e busca de novos caminhos para superá-los.

É relevante visualizá-la na sua totalidade, na participação coletiva, planejamento e acompanhamento. Para implantá-la, os colegiados e fóruns devem se consolidar dentro da escola, garantindo a participação de todos os segmentos da escola tendo como referência a interligação entre esta e o Projeto Político Pedagógico, que indica os caminhos e a avaliação, como instrumento de acompanhamento e redirecionamento da caminhada.

. Após essa coleta é preciso fazer a aplicação desses instrumentos, que pode ser por meio de tabelas e gráficos para visualizar as informações quantitativas. Já as informações qualitativas devem ser interpretadas com objetividade do pensamento de quem respondeu. Na elaboração do relatório final, o elemento importante é a síntese e o encaminhamento das ações que devem se seguir a avaliação.

Toda avaliação só tem sentido se soubermos como usar os resultados em prol da melhoria do processo educacional. A avaliação institucional não é diferente. Um dos principais passos após a realização é separar os resultados positivos, o que funcionou bem e os aspectos negativos, o que foi insuficiente ou que deu errado. Após essa separação é preciso identificar os fatores que provocam o resultado encontrado. Depois é necessário estabelecer ações para lidar com cada questão, seja positiva onde é relevante usar contagiar todos dentro da escola, ou negativa, onde teremos que corrigir com ações de superação. Apesar de haver equívocos, todos podem melhorar e crescer, esse é o nosso papel.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Decidimos elaborar o presente Projeto Político Pedagógico da Escola, a ser trabalhado e renovado sempre que se fizer necessário. Esperamos, com muita expectativa, desenvolver um projeto administrativo e pedagógico mais eficiente, não só com o apoio e assistência da SRE e SEE, como também com os esforços de toda a equipe escolar e da comunidade, dando continuidade aos trabalhos desta escola, que muito tem a oferecer aos nossos alunos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CURY, Carlos Roberto Jamil. O direito à Educação: Um campo de atuação do gestor educacional na escola. 2010. Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg. Acesso em 16/07/2014.

DOURADO, Luiz Fernandes (org.); OLIVEIRA, João Ferreira; SANTOS, Catarina Almeida. Brasil: MEC/INEP. A qualidade da educação: conceitos e definições. 2010. Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg. Acesso em 13/07/2014

FREITAS, Luiz Carlos de. CICLO OU SÉRIES? O que muda quando se altera a forma de organizar os tempos e espaços da escola? GT 13-27 Reunião Anual da ANPE, 2004. Disponível em www.amped.org.br. Acesso em 22/08/2014.

SOUZA, Ângelo Ricardo (et al.). Níveis do planejamento educacional. 2010. Disponível em moodle3.mec.gov.br/ufmg. Acesso em 13/07/2014.

ANEXOS

MESES	SEMANAS LETIVAS						OBSERVAÇÕES					
	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SAB						
JANEIRO							REUNIÃO PAIS E MESTRES / DIREÇÃO					
FEVEREIRO	4	4	4	4	4	2ª 2	Bimestral					
MARÇO	4	3	3	4	4	3ª 1						
ABRIL	3	5	5	3	3	5ª 1	REUNIÃO MÓDULO 2					
MAIO	4	4	4	4	4	6ª 2	Toda Quarta-feira: 16:40h às 18:40h					
JUNHO	2	2	1	1	1	4ª 1						
JULHO	3	3	3	3	2		CONSELHO DE CLASSE					
AGOSTO	4	4	4	4	5	5ª 1	Bimestral 16:40h às 18:40h					
SETEMBRO	4	4	4	4	3	6ª 1						
OUTUBRO	3	3	4	4	4							
NOVEMBRO	4	4	4	4	4		REUNIÃO					
DEZEMBRO	3	3	3	3	3		COLEGIADO					
TOTAL	38	39	39	38	37	9	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN
							JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
	2	1	1	2	3		29	29	25	30	24	16
TOTAL	40	40	40	40	40							
DISTRIBUIÇÃO	1º. BIMESTRE		25 PONTOS				ENTREGA	1º. BIMESTRE		07 DE ABRIL DE 2014		
DE PONTOS	2º. BIMESTRE		25 PONTOS				DE	2º. BIMESTRE		16 DE JULHO DE 2014		
POR	3º. BIMESTRE		25 PONTOS				RESULTADOS	3º. BIMESTRE		10 DE OUTUBRO DE 2014		
BIMESTRE	4º. BIMESTRE		25 PONTOS					4º. BIMESTRE		19 DE DEZEMBRO DE 2014		
PROJETOS ESCOLARES						APROVAÇÃO MEMBROS COLEGIADO						
Reunião de Pais - 08/02/2014												
Interclasse - 22/02/2014												
Comemoração - "Dia Internacional da Mulher" - 08/03/2014												
Excursão: Comunidade Indígena - 1º ao 5º ano - 26/04/2014												
Jogos Escolares: 10/05/2014 e 31/05/2014												
Feria de Ciências - 13/05/2014												
Festa Junina - 01/08/2014												
Folclore - 23/08/2014												
Semana Literária - 18/08/2014 a 22/08/2014												
Desfile 7 de Setembro - 06/09/2014												
Semana da Criança - 06/10/2014 a 10/10/2014												
Centenário da Escola - 23/10/2014												
Halloween - 31/10/2014												
Consciência Negra - 20/11/2014												
RESOLUÇÃO SEE Nº. 2.368/2013, DE 09 DE AGOSTO DE 2013 - MG 13/08/2013												
Distrito de Esmeraldas de Ferros/Ferros - MG, 11 de dezembro de 2013						APROVAÇÃO INSPETOR ESCOLAR						
ASSINATURA DIRETOR												

